

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.916	80.349	44.195	108.216
Concessionárias	5	24.225	20.724	35.571	30.548
Impostos e contribuições sociais	6	13.130	24.254	13.794	25.111
Dividendos a receber	8	11.737	10.403		792
Estoques		3.824	238	5.441	611
Cauções e depósitos vinculados	10	4.912		5.388	
Despesas pagas antecipadamente		11	395	13	603
Outros créditos	11	3.338	5.989	3.578	6.495
		<b>78.093</b>	<b>142.352</b>	<b>107.980</b>	<b>172.376</b>
<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7.697	6.437	7.697	6.437
Partes relacionadas	9	834	2.680	5	1.857
Cauções e depósitos vinculados	10	2.410	3.840	7.918	15.061
		<b>10.941</b>	<b>12.957</b>	<b>15.620</b>	<b>23.355</b>
Investimentos	12	197.904	190.896		
Imobilizado	13	457.980	409.213	703.101	654.953
Intangível	14	21.885	20.713	23.009	21.792
		<b>677.769</b>	<b>620.822</b>	<b>726.110</b>	<b>676.745</b>

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	38.337	18.764	41.125	26.373
Impostos e contribuições sociais	6	20.530	17.855	22.061	20.067
Dividendos	8	23.169	47.048	23.169	47.048
Debêntures	16	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	12.908	50.594	19.301	59.129
Benefícios pós-emprego	18	132	102	133	102
Obrigações estimadas com pessoal	19	5.284	5.088	5.434	5.088
Encargos regulamentares e setoriais	20	2.498	3.905	3.057	4.599
Provisões	21	492	488	1.208	1.110
Outras contas a pagar	11	405	404	445	407
		<b>105.468</b>	<b>144.248</b>	<b>117.646</b>	<b>163.923</b>
<b>Não circulante</b>					
Debêntures	16	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	17	30.255	42.358	88.185	106.420
Benefícios pós-emprego	18	4.981	2.272	4.981	2.272
Partes relacionadas	9	543	61.612	886	61.681
Encargos regulamentares e setoriais	20			276	250
Provisões	21	9.559	8.956	10.205	9.676
Outras contas a pagar	11	34	59	34	59
		<b>164.831</b>	<b>115.257</b>	<b>224.026</b>	<b>180.358</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22.1	263.436	263.436	263.436	263.436
Reservas de lucros	22.3.2	233.068	253.190	233.068	253.190
		<b>496.504</b>	<b>516.626</b>	<b>496.504</b>	<b>516.626</b>
Participações não controladores					
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		496.504	516.626	508.038	528.195
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>766.803</b>	<b>776.131</b>	<b>849.710</b>	<b>872.476</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		115.257	113.207	125.986	128.686
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(297)	(13)	(138)	(23)
Ativo financeiro indenizável - baixa					585
Depreciações e amortizações		10.564	7.023	17.470	16.308
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4.541	1.690	7.723	3.200
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		3.121			
Despesas pagas antecipadamente		465		689	240
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		11.420	8.722	16.541	16.670
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(405)		(405)	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.852	5.609	2.912	6.191
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		49	(28)	130	34
Participações societárias		(54.566)	(60.025)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		702	574	849	901
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(60)		(648)	(1.332)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(288)		(356)	(29)
		<b>93.355</b>	<b>76.759</b>	<b>170.753</b>	<b>171.431</b>

**(Aumento) diminuição de ativos operacionais**

Concessionárias	(3.204)	(2.673)	(4.885)	(2.487)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.171)	7.124	(9.669)	6.099
Estoques	(3.586)	(229)	(4.830)	(540)
Cauções e depósitos vinculados	(3.426)	(1.274)	2.399	1.030
Despesas pagas antecipadamente	(81)	24	(100)	(242)
Outros ativos operacionais	2.651	(128)	2.933	(187)
	<b>(16.817)</b>	<b>2.844</b>	<b>(14.152)</b>	<b>3.673</b>

**Aumento (diminuição) de passivos operacionais**

Fornecedores	19.573	6.468	14.752	3.559
Outros tributos e contribuições sociais	15.236	(5.174)	14.957	(3.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
<b>Receitas</b>					
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	23	191.041	143.274	282.827	257.835
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda		(49.968)	(16.890)	(54.557)	(21.861)
Encargos de uso da rede elétrica	24	(9.417)	(7.969)	(12.989)	(11.990)
		<b>(59.385)</b>	<b>(24.859)</b>	<b>(67.546)</b>	<b>(33.851)</b>
<b>Custo de operação</b>					
Pessoal		(14.207)	(13.610)	(14.602)	(14.126)
Materiais e serviços de terceiros		(10.599)	(8.687)	(12.794)	(13.029)
Depreciações e amortizações		(8.699)	(6.936)	(15.555)	(16.134)
Outros custos de operação		(749)	(1.455)	(839)	(1.114)
	24	<b>(34.254)</b>	<b>(30.688)</b>	<b>(43.790)</b>	<b>(44.403)</b>
		<b>(93.639)</b>	<b>(55.547)</b>	<b>(111.336)</b>	<b>(78.254)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	24	<b>(790)</b>	<b>(439)</b>	<b>(790)</b>	<b>(439)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>96.612</b>	<b>87.288</b>	<b>170.701</b>	<b>179.142</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>					
Despesas com vendas	24	(297)	(13)	(463)	(366)
Despesas gerais e administrativas		(14.985)	(16.422)	(18.966)	(24.185)
Depreciações e amortizações		(1.865)	(87)	(1.915)	(174)
Outras despesas e receitas operacionais	24	(7.401)	(10.556)	(9.596)	(12.247)
		<b>(24.548)</b>	<b>(27.078)</b>	<b>(30.940)</b>	<b>(36.972)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
Benefícios pós-emprego		1.058	467	1.059	467
Obrigações estimadas com pessoal		196	735	346	600
Encargos regulamentares e setoriais		(2.109)	(1.084)	(2.365)	(1.272)
Provisões		(2.295)	(367)	(2.416)	(671)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27					(147)
Outros passivos operacionais		(23)	93	18	109
		<b>31.636</b>	<b>1.138</b>	<b>26.351</b>	<b>(863)</b>
<b>Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>108.174</b>	<b>80.741</b>	<b>182.952</b>	<b>174.241</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.303)	(2.993)	(9.993)	(14.962)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>101.871</b>	<b>77.748</b>	<b>172.959</b>	<b>159.279</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Dividendos recebidos		46.224	39.407	790	
Adições ao imobilizado e intangível		(66.125)	(46.928)	(75.640)	(68.821)
Partes relacionadas		1.846	1.857		
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda			22.076		(8.388)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(18.055)</b>	<b>16.412</b>	<b>(74.850)</b>	<b>(77.209)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Partes relacionadas		(64.717)	(35.176)	(59.488)	(34.115)
Cauções e depósitos vinculados		4	480	4	(270)
Aumento (redução) de capital			36.524		36.524
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(142.499)	(16.893)	(149.214)	(23.614)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		119.459		119.459	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(45.321)	(10.642)	(53.549)	(31.587)
Encargos de dívidas líquido de derivativos		(14.175)	(7.994)	(19.342)	(14.015)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(147.249)</b>	<b>(33.701)</b>	<b>(162.130)</b>	<b>(67.077)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(63.433)</b>	<b>60.459</b>	<b>(64.021)</b>	<b>14.993</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16.916	80.349	44.195	108.216
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		80.349	19.890	108.216	93.223
		<b>(63.433)</b>	<b>60.459</b>	<b>(64.021)</b>	<b>14.993</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>72.064</b>	<b>60.210</b>	<b>139.761</b>	<b>142.170</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>	12	<b>54.566</b>	<b>60.025</b>		
Receitas financeiras		5.988	5.624	8.930	11.963
Despesas financeiras		(17.361)	(12.652)	(22.705)	(25.447)
	25	<b>(11.373)</b>	<b>(7.028)</b>	<b>(13.775)</b>	<b>(13.484)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>115.257</b>	<b>113.207</b>	<b>125.986</b>	<b>128.686</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(11.845)</b>	<b>(9.839)</b>	<b>(15.892)</b>	<b>(19.114)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.1	551	780	551	1.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	<b>(11.294)</b>	<b>(9.059)</b>	<b>(15.341)</b>	<b>(17.614)</b>
<b>Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores</b>		<b>103.963</b>	<b>104.148</b>	<b>110.645</b>	<b>111.072</b>
Atribuível aos acionistas controladores		103.963	104.148	103.963	104.148
Atribuível aos acionistas não controladores				6.682	6.924
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores</b>					
<b>Resultado básico por ação (Reais/Ação)</b>					
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390	0,10409
<b>Resultado diluído por ação (Reais/Ação)</b>					
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390	0,10409

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reservas de lucros					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>226.912</b>	<b>229.360</b>			<b>456.272</b>	<b>11.367</b>	<b>467.639</b>
Aumento de capital - AGE de 10/10/2011	27.891	(27.891)			-		-
Redução de capital - AGE de 17/10/2011	(27.891)			(27.891)	(27.891)	(27.891)	(27.891)
Aumento de capital - AGE de 27/12/2011	36.524			36.524	36.524	36.524	36.524
Distribuição de Reserva de Retenção de Lucros		(23.700)		(23.700)	(23.700)	(23.700)	(23.700)
Lucro líquido do exercício				104.148	104.148	6.924	111.072
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.207		(5.207)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		1.022		(1.022)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.468)	(27.468)	(6.722)	(34.190)
Dividendo adicional proposto		70.451		(70.451)	-	-	-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(1.907)	(1.907)	(1.907)	(1.907)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			648	648	648	648	648
Transferência para Reserva de lucros		(1.259)	1.259				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>263.436</b>	<b>253.190</b>	-	-	<b>516.626</b>	<b>11.569</b>	<b>528.195</b>
Dividendo adicional aprovado AGO 30/04/2012		(70.452)		(70.452)	(70.452)	(70.452)	(70.452)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/11/2012		(25.000)		(25.000)	(25.000)	(25.000)	(25.000)
Lucro líquido do exercício				103.963	103.963	6.682	110.645
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.198		(5.198)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		106		(106)	-	-	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.257)	(27.257)	(6.717)	(27.257)
Dividendos propostos				-	-	(6.717)	(6.717)
Dividendo adicional proposto		71.402		(71.402)	-	-	-
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.086)	(2.086)	(2.086)	(2.086)	(2.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			710	710	710	710	710
Transferência para Reserva de lucros		(1.376)	1.376				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>263.436</b>	<b>233.068</b>	-	-	<b>496.504</b>	<b>11.534</b>	<b>508.038</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Castelo Energética S.A. - CESA, deliberou a Incorporação desta Companhia pela Energest, que assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Em função disso a CESA foi extinta de pleno direito.

A controlada Evrecy Participações S.A. teve seu controle acionário transferido para a EDP Energias do Brasil, controladora do Grupo EDP, em 23 de dezembro de 2011 após anuência da SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**1.1 Concessões**

A Companhia e suas controladas, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) e Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas Hidrelétricas	Tipo	Estado	Capacidade assegurada		Concessão/Autorização/Registro	
				instalada (MW)	(MWM)	Início	Término
Energest	Mascarenhas	(1)	ES/MG	193,50	136,60	13/07/1995	16/07/2025
	Suíça	(1)	ES	33,90	18,91	13/07/1995	16/07/2025
	Alegre	(1)	ES	2,06	1,16	13/07/1995	16/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	8,74	5,56	13/07/1995	16/07/2025
	Jucu	(1)	ES	4,84	2,62	13/07/1995	16/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	22,50	9,40	13/07/1995	16/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	4,50	2,52	19/05/1999	19/05/2029
	São João	(2)	ES	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029
	Pantanal	Coxim	(3)	MS	0,40	0,30	4/12/1997
São João I		(3)	MS	0,66	0,54	4/12/1997	Indefinida
São João II		(3)	MS	0,60	0,45	4/12/1997	Indefinida
Paraíso		(2)	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
Assis Chateaubriand		(1)	MS	29,50	20,90	4/12/1997	4/12/2027
Costa Rica		(2)	MS	16,00	11,67	5/11/2001	5/11/2031
Santa Fé		(2)	MS	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

- (1) Serviço público de energia (Concessão)
- (2) Produção independente de energia (Autorizada)
- (3) Serviço público de energia (Registro)

**Contratos de concessão da Controladora (UHES Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito)**

O prazo das concessões das UHES da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 2º do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHES da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, à reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

**Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

**Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)**

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>282.923</b>	<b>205.733</b>	<b>390.480</b>	<b>358.771</b>
Receita operacional	217.095	158.340	315.296	282.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(297)	(13)	(456)	(261)
Receita relativa à construção de ativos próprios	66.125	46.928	75.640	76.300
Outras receitas		478		516
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(146.692)</b>	<b>(94.052)</b>	<b>(170.926)</b>	<b>(144.053)</b>
Custos da energia comprada	(55.061)	(18.612)	(59.650)	(23.583)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.377)	(8.781)	(13.949)	(12.802)
Materiais	(8.241)	(7.650)	(13.097)	(19.370)
Serviços de terceiros	(72.547)	(48.595)	(83.449)	(77.125)
Outros custos operacionais	(466)	(10.414)	(781)	(11.173)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>136.231</b>	<b>111.681</b>	<b>219.554</b>	<b>214.718</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciações e amortizações	(11.644)	(7.051)	(18.550)	(16.336)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>124.587</b>	<b>104.630</b>	<b>201.004</b>	<b>198.382</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	5.988	5.624	8.930	11.963
Participações dos não controladores			(6.682)	(6.924)
Resultado da equivalência patrimonial	54.566	60.025		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>185.141</b>	<b>170.279</b>	<b>203.252</b>	<b>203.421</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal				
Remuneração direta	18.717	18.556	19.468	19.533
Benefícios	3.278	2.809	3.300	2.880
FGTS	1.618	1.246	1.642	1.271
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.144	28.882	48.604	46.627
Estaduais	150	278	1.604	1.699
Municipais	145	139	175	169
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	17.361	12.652	22.705	25.444
Aluguéis	1.765	1.569	1.791	1.650
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	27.257	27.468	27.257	27.468
<b>Lucros retidos</b>	<b>108.435</b>	<b>93.599</b>	<b>126.546</b>	<b>126.741</b>
	76.706	76.680	76.706	76.680
	<b>185.141</b>	<b>170.279</b>	<b>203.252</b>	<b>203.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	103.963	104.148	110.645	111.072
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.086)	(1.907)	(2.086)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	710	848	710	848
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>102.587</b>	<b>102.889</b>	<b>109.269</b>	<b>109.813</b>
Atribuível aos acionistas controladores	102.587	102.889	102.587	102.889
Atribuível aos acionistas não controladores			6.682	6.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Na exploração das usinas hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustadas com periodicidade de plano.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

**Autorizações da Controladora (PCHs Viçosa e São João), das Controladas Santa Fé (Francisco Gros), Pantanal (Paraíso) e Costa Rica**

O prazo das autorizações das PCHs vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCHs, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

**Registros da Controlada Pantanal (CGHs Coxim, São João I e II)**

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW são denominadas Centrais geradoras hidrelétricas - CGHs, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas obter o registro junto a ANEEL, conforme o art. 8º da Lei nº 9.074/95. O registro vigorará por prazo indefinido em regime precário conforme artigo 22 da Resolução ANEEL nº 395/98.

A energia elétrica produzida pelas CGHs destina-se à comercialização exclusiva no mercado regulado.

**2 Base de preparação e Práticas contábeis**

**2.1 Base de preparação**

**2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessar tal controle.

**2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

#### b) Contas a receber

##### • Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

##### c) Investimentos (Nota 12)

###### • Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

##### d) Imobilizado (Nota 13)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

##### e) Ativo intangível (Nota 14)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1); e
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

##### f) Licenças ambientais (Notas 14 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

##### g) Redução ao valor recuperável

###### Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

###### Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

##### h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### i) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

##### j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 16)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

##### k) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

##### l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

##### m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

##### n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

##### o) Dividendos (Nota 8)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

##### p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

##### q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

##### r) Reconhecimento de receita

###### • Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

###### • Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

###### s) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10.

Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

##### t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

##### u) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

###### • Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

###### • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é negociado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

###### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

###### v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

###### w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

###### x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

###### y) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

###### 2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 12.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação; e
- Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

###### 2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

###### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

###### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações**

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

**IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas**

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**IFRS 11 - Negócios em Conjunto**

A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em Joint Ventures, e aborda como deve ser classificada uma participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto. Esta norma define que os acordos de participação são classificados como operações conjuntas (reconhecimento de ativos e passivos) ou joint ventures (método da equivalência patrimonial), conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

**IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades**

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; e Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

**Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013**

**CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)**

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11)**

As principais alterações incluíram compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRS 11 - Joint Arrangements, a sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013, e alteram do Pronunciamento original principalmente quanto a eliminação da opção de se consolidar os denominados investimentos controlados em conjunto (joint ventures) e a diferenciação entre uma controlada em conjunto e acordos de operação conjunta, como definidos no Pronunciamento. A Administração da Companhia entende que não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

**CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)**

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$1.508 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$1.353, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$155 por ano de ocorreria, no prazo médio, por mais 10 exercícios não impactará mais a despesa.

**CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)**

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)**

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia**

**CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)**

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a Controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendadora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na Controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

**CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)**

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

**CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)**

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

**ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos**

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma

obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

**ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial**

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

**2.5 Reclassificações do exercício de 2011**

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

**2.5.1 Balanço Patrimonial**

**Controladora**

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

**Consolidado**

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). Reclassificação entre Obrigações estimadas com pessoal e Impostos e Contribuições sociais no valor de R\$354

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

**2.5.2 Demonstração do Fluxo de Caixa**

**Controladora**

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos ativos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$819 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de R\$480, inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

**Consolidado**

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos passivos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$990 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação das Cauções e depósitos vinculados a litígios das atividades operacionais no valor de R\$516 para Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária no resultado das atividades operacionais. Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$29 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

**2.5.3 Demonstração do Valor Adicionado**

**Controladora**

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$46.928, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$42.921 (R\$6.383 referente a Materiais, R\$35.912 referente a Serviços de terceiros e R\$626 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

**Consolidado**

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$76.300, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$72.293 (R\$16.877 referente a Materiais, R\$54.992 referente a Serviços de terceiros e R\$424 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

**3 Eventos do Exercício**

**Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)**

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

**Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	9.315	12.913	14.860	17.631
Aplicações financeiras - renda fixa	7.601	67.436	29.335	90.585
Total	<b>16.916</b>	<b>80.349</b>	<b>44.195</b>	<b>108.216</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem uma opção de resgate das referidas aplicações financeiras, sem penalidade ou perdas de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

**5 Concessionárias**

	Controladora				
	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	21.404	21.404	–	21.404	19.540
Energia de curto prazo	2.821	2.821	–	2.821	1.184
Total circulante	<b>24.225</b>	<b>24.225</b>	<b>–</b>	<b>24.225</b>	<b>20.724</b>
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	905	905	(905)	–	–
Total não circulante	<b>905</b>	<b>905</b>	<b>(905)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	30.646	2.065	32.711	–	32.711	29.223
Energia de curto prazo	2.860	–	2.860	–	2.860	1.325
	33.506	2.065	35.571	–	35.571	30.548
Total circulante	<b>33.506</b>	<b>2.065</b>	<b>35.571</b>	<b>–</b>	<b>35.571</b>	<b>30.548</b>
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo	1.267	–	1.267	(1.267)	–	–
Total não circulante	<b>1.267</b>	<b>–</b>	<b>1.267</b>	<b>(1.267)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

		Controladora							
		Saldo em	Adição	Atualização	Adiantamentos/	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em
		31/12/2011		monetária	Pagamentos				31/12/2012
<b>Ativo - Compensáveis</b>									
Imposto de renda e contribuição social		16.430	242		6.303	(10.072)		(4.729)	8.377
ICMS		13							13
PIS e COFINS		5.053	7.581	85		(4.605)	4	(6.708)	1.410
IRRF sobre aplicações financeiras		1.567	1.158					(892)	1.833
Outros		1.191	432				(4)	(122)	1.497
<b>Total</b>		<b>24.254</b>	<b>9.413</b>	<b>288</b>	<b>6.303</b>	<b>(14.677)</b>	<b>-</b>	<b>(12.451)</b>	<b>13.130</b>
Circulante		24.254							13.130
		24.254							13.130
<b>Passivo - a recolher</b>									
Imposto de renda e contribuição social		9.500	12.085			(3.757)		(5.743)	12.085
ICMS sobre diferencial de alíquota		45	337		(315)				67
PIS e COFINS		1.617	20.081		(6.463)	(6.800)		(6.708)	1.727
ISS		343	1.174		(1.148)		(4)		365
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros		130	1.148		(1.194)				84
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros		77	461		(388)				150
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.120	4.089			(4.120)			4.089
Outros		2.023	7.897		(7.961)		4		1.963
<b>Total</b>		<b>17.855</b>	<b>47.272</b>	<b>-</b>	<b>(17.469)</b>	<b>(14.677)</b>	<b>-</b>	<b>(12.451)</b>	<b>20.530</b>
Circulante		17.855							20.530
		17.855							20.530

  

		Consolidado							
		Saldo em	Adição	Atualização	Adiantamentos/	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em
		31/12/2011		monetária	Pagamentos				31/12/2012
<b>Ativo - Compensáveis</b>									
Imposto de renda e contribuição social		16.601	442	271	6.303	(10.778)		(4.211)	8.628
ICMS		23							23
PIS e COFINS		5.053	7.581	85		(4.605)	4	(6.708)	1.410
IRRF sobre aplicações financeiras		2.177	1.523			(101)		(1.454)	2.145
Outros		1.257	465				(4)	(130)	1.588
<b>Total</b>		<b>25.111</b>	<b>10.011</b>	<b>356</b>	<b>6.303</b>	<b>(15.484)</b>	<b>-</b>	<b>(12.503)</b>	<b>13.794</b>
Circulante		25.111							13.794
Não circulante									
		25.111							13.794
<b>Passivo - a recolher</b>									
Imposto de renda e contribuição social		10.649	16.030		(3.690)	(4.204)		(5.795)	12.990
ICMS sobre diferencial de alíquota		69	535		(686)				(82)
ICMS		12	135		(135)				12
PIS e COFINS		1.968	23.648		(9.692)	(7.160)		(6.708)	2.056
ISS		588	1.422		(1.584)		(4)		422
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros		160	1.380		(1.444)				96
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros		120	608		(547)				181
IRRF sobre juros s/capital próprio		4.120	4.089			(4.120)			4.089
Outros		2.381	11.481		(11.569)		4		2.297
<b>Total</b>		<b>20.067</b>	<b>59.328</b>	<b>-</b>	<b>(29.347)</b>	<b>(15.484)</b>	<b>-</b>	<b>(12.503)</b>	<b>22.061</b>
Circulante		20.067							22.061
		20.067							22.061

**6.1 IRRF - juros sobre capital próprio**  
 Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 22.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$4.089.

**7 Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

		Controladora								
		Ativo			Exercícios findos em					
		31/12/2012	31/12/2011	2012	2011					
<b>Natureza dos créditos</b>		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL			
<b>Diferenças Temporárias</b>		Reclas-sificado								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.894	682	2.576	2.478	98	(669)			
Benefício pós-emprego		1.273	458	1.731	801	221	153			
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.368	852	3.220	2.920	300	1.366			
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>5.535</b>	<b>1.992</b>	<b>7.527</b>	<b>6.199</b>	<b>619</b>	<b>850</b>			
<b>Diferenças Temporárias - RTT</b>		Reclas-sificado								
Licenças Ambientais - CPC 25		125	45	170	238	(68)	(70)			
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>		<b>125</b>	<b>45</b>	<b>170</b>	<b>238</b>	<b>(68)</b>	<b>(70)</b>			
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<b>5.660</b>	<b>2.037</b>	<b>7.697</b>	<b>6.437</b>					
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>								<b>551</b>	<b>1.500</b>	

  

		Consolidado								
		Ativo			Exercícios findos em					
		31/12/2012	31/12/2011	2012	2011					
<b>Natureza dos créditos</b>		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL			
<b>Diferenças Temporárias</b>		Reclas-sificado								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.894	682	2.576	2.478	98	(669)			
Benefício pós-emprego		1.273	458	1.731	801	221	153			
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.368	852	3.220	2.920	300	2.091			
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>5.535</b>	<b>1.992</b>	<b>7.527</b>	<b>6.199</b>	<b>619</b>	<b>1.575</b>			

		Consolidado								
		Ativo			Exercícios findos em					
		31/12/2012	31/12/2011	2012	2011					
<b>Natureza dos créditos</b>		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL			
<b>Diferenças Temporárias</b>		Reclas-sificado								
Licenças Ambientais - CPC 25		125	45	170	238	(68)	(75)			
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>		<b>125</b>	<b>45</b>	<b>170</b>	<b>238</b>	<b>(68)</b>	<b>(75)</b>			
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<b>5.660</b>	<b>2.037</b>	<b>7.697</b>	<b>6.437</b>					
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>								<b>551</b>	<b>1.500</b>	
Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:										
		2013			2014		Total			
		4.486			3.211			Não circulante	7.697	

**7.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado**  
 A mutação no imposto de renda e contribuição social diferidos, na Controladora e no Consolidado foi registrado em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$551 e a crédito de Patrimônio líquido em R\$710.

		Controladora				Consolidado			
		Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil				23.169	47.048			23.169	47.048
Evrecy			792			792			
Pantanal		8.576	7.167						
Santa Fé		3.161	2.444						
<b>Total</b>		<b>11.737</b>	<b>10.403</b>	<b>23.169</b>	<b>47.048</b>	<b>792</b>	<b>23.169</b>	<b>47.048</b>	<b>47.048</b>

**Partes relacionadas**  
 Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 8, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

		Controladora											
		Contraparte			Preço praticado		Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
		Data da transação		Período de duração		em 31/12/2012		31/12/2012 31/12/2011		31/12/2012 31/12/2011		2012 2011	
<b>Objeto do contrato</b>													
<b>Concessionárias</b>													
Venda de energia elétrica		Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012		83,92	61	79			537	601	
		Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013		94,23	46	59			404	451	
		Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015		112,57	45	58			403	447	
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037		161,57	22	21			174	163	
		EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			50	166			533	1.770	
		EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			529	393			4.424	4.198	
		EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			474				3.961		
		EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			942				8.174		
		Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025								2.203	
		Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025								10.451	
		Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025								12.720	
		Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025		201,18	392	439			4.324	1.806	
		Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025		186,23	1.862	2.083			20.515	8.565	
		Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025		178,55	3.063	3.237			24.483	10.289	
		Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012		83,11	118	135			975	965	
		Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013		93,31	45	52			374	369	
		Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015		111,47	30	34			247	244	
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037		160,00	46	48			366	344	
		Pantanal	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		81,60	33				394		
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica		Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014			63	60			833	774	
Serviços de consultoria ambiental		Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			31	31			347	344	
		Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				39			185	139	
		Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				19			111	107	
		Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							444	428	
		Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013			100				100		
		Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							421	132	
						<b>7.952</b>	<b>6.953</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.729</b>	<b>57.510</b>		



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Controladora							
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
					Total Consolidado						
<b>Partes relacionadas</b>											
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Santa Fé	19/10/2007			828	823					
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				7	10	(89)	(98)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					100	87	(1.143) (895)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012						436	129	(436) (990)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011				1.857				1.857	
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012			6					(1.028)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						61.386	(3.121) (2.771)	
					<b>834</b>	<b>2.680</b>		<b>543</b>	<b>61.612</b>	<b>(4.789) (2.912)</b>	
<b>Fornecedores</b>											
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					1.017	967	(10.893) (10.337)	
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					817	760	(8.726) (7.401)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							(1.028)	
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						83	(714) (603)	
					-	-		<b>1.834</b>	<b>1.810</b>	<b>(20.333) (19.369)</b>	
					<b>8.786</b>	<b>9.633</b>		<b>2.377</b>	<b>63.422</b>	<b>47.607 35.229</b>	
<b>Concessionárias</b>											
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício		
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92	61	79			537	601	
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23	46	59			404	451	
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57	45	58			403	447	
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	161,57	22	21			174	163	
	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	171,49	34	45			385	359	
	EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		50	166			533	1.770	
	EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		529	393			4.424	4.198	
	EDP Comercializadora	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023		1.527	1.509			14.888	13.906	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32				275	
	EDP Comercializadora	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011							18	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014							362	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		670					2.540	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012							5	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011							(3.151)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011							(56)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011							(675)	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		474					3.961	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		942					8.174	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		534					3.553	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		118					1.035	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		460					3.157	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/01/2012							10	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025							2.203	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025							10.451	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025							12.720	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	201,18	392	439			4.324	1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	186,23	1.862	2.083			20.515	8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	178,55	3.063	3.237			24.483	10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,11	118	135			975	965	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	93,31	45	52			374	369	
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	111,47	30	34			247	244	
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,00	46	48			366	344	
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	169,82	37	39			315	296	
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025						98	116	
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025						2.561	868	
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025						18	21	
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025						12	14	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						588	524	
					<b>11.200</b>	<b>8.429</b>		-	-	<b>99.421 68.101</b>	
<b>Outros Créditos</b>											
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	31			347	344	
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			38			185	139	
	Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013		100				100		
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						421	132	
					<b>131</b>	<b>69</b>		-	-	<b>1.053 615</b>	
<b>Partes relacionadas</b>											
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012						434	129	(436) (990)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012						214	41	(214) (541)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012								(40) (95)	
	EDP Energias do Brasil	01/07/2012						128	26	(126) (268)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				100	87	(1.143)	(895)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				2	2	(22)	(17)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(22)	(17)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(65)	(51)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8	10	(89)	(98)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011				1.857				1.857	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						61.386	(3.121) (2.771)	
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	30/09/2012			5						
					<b>5</b>	<b>1.857</b>		<b>886</b>	<b>61.681</b>	<b>(5.278) (3.916)</b>	
<b>Fornecedores</b>											
Compra de energia elétrica	EDP Comercializadora	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					1.017	967	(10.893) (10.337)	
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011							(877)	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012							(2.050)	
	EDP Comercializadora	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011							65	
Contrato de uso do sistema de distribuição	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012							(230)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					817	760	(8.726) (7.401)	
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025							(1.028)	
	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025					44	40	(513) (442)	
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						83	(714) (603)	
					-	-		<b>1.878</b>	<b>1.850</b>	<b>(23.126) (20.623)</b>	
					<b>11.336</b>	<b>10.355</b>		<b>2.764</b>	<b>63.531</b>	<b>72.070 44.177</b>	

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes

relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreritivamente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Depacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**9.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

As contrapartes Costa Rica, Pantanal Energética e Santa Fé são controladas diretas da Companhia.

**9.2 Remuneração dos administradores****9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês**

(l) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**Diretoria Estatutária**

Remuneração Fixa: 70%

Remuneração Variável: 30%

**9.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2012 (em R\$)**

	2012	Diretoria Estatutária
<b>Número de membros</b>		4 (*)
<b>Remuneração fixa</b>	<b>1.361.480</b>	
Salário ou pró-labore	977.001	
Benefícios diretos e indiretos (i)	114.995	
Encargos sociais	269.484	
<b>Remuneração Variável</b>	<b>576.591</b>	
Bônus	450.462	
Encargos sociais	126.129	
<b>Valor Total da remuneração, por órgão</b>	<b>1.938.071</b>	

(n/a) = Não Aplicável

(\*) Todos os 4 membros da Diretoria são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho

**11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	68	161			68	164		
Dispêndios a reembolsar	1.954	1.954			1.954	1.954		
RGR a compensar		134				134		
Serviços em curso	1.072	3.577			1.224	3.947		
Serviços prestados a terceiros	194	148			194	148		
Desativações e alienações em curso	30				90	205		
Outros	20	15			48	(57)		
<b>Total</b>	<b>3.338</b>	<b>5.989</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.578</b>	<b>6.495</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	337	355			373	355		
Outras	68	49	34	59	72	52	34	59
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>404</b>	<b>34</b>	<b>59</b>	<b>445</b>	<b>407</b>	<b>34</b>	<b>59</b>

**12 Investimentos****12.1 Movimentação dos investimentos no exercício:**

	Saldos em 31/12/2011		Equivalência patrimonial		Dividendos / JSCP		Saldos em 31/12/2012		% Participação direta	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pantanal	74.624	91.574	34.301	12.725	(30.076)	78.849	78.849	49.418	34.301	100,00
Costa Rica	12.041	87.897	6.954	13.273	(6.989)	74.624	49.418	12.006	51,00	100,00
Santa Fé	104.231	100,00	13.311	1.500	(10.493)	23.541	17.475	107.049	100,00	100,00
<b>Total</b>	<b>190.896</b>	<b>286.471</b>	<b>54.566</b>	<b>27.500</b>	<b>(47.558)</b>	<b>197.904</b>	<b>197.904</b>	<b>197.904</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**12.2 Participação direta dos investimentos**

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Pantanal	23.390	23.390	100,00	100,00	100,00	100,00	91.574	87.897	12.725	13.273	78.849	74.624	49.418	44.541	34.301
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	51,00	51,00	25.041	25.727	1.500	2.117	23.541	23.610	17.475	17.921	13.636	14.130
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	100,00	100,00	176.858	184.129	69.809	79.898	107.049	104.231	26.676	21.951	13.311	10.291

**13 Imobilizado**

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011		Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos			5.693			5.693					1.215	1.215
Reservatórios, barragens e adutoras	2,57	109.475	(37.552)	71.923	2,82	105.330	(35.656)	69.674				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	39.956	(21.069)	18.887	3,70	32.911	(20.318)	12.593				
Máquinas e equipamentos	4,31	323.490	(53.352)	270.138	4,10	200.663	(57.134)	143.529				
Veículos	14,29	877	(505)	372	20,00	714	(406)	308				
Móveis e utensílios	6,52	464	(221)	243	10,00	393	(200)	193				
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>479.955</b>	<b>(112.699)</b>	<b>367.256</b>		<b>341.226</b>	<b>(113.714)</b>	<b>227.512</b>				
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78				
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220				
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578				
Móveis e utensílios	6,29	484	(262)	222	10,00	472	(233)	239				
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>3.281</b>	<b>(1.379)</b>	<b>1.902</b>		<b>3.161</b>	<b>(1.046)</b>	<b>2.115</b>				
Imobilizado em curso												
Geração												
Administração		88.653		88.653		179.384		179.384				
Total do Imobilizado em curso		169		169		202		202				
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>88.822</b>	<b>-</b>	<b>88.822</b>		<b>179.586</b>	<b>-</b>	<b>179.586</b>				
<b>Total imobilizado</b>		<b>572.058</b>	<b>(114.078)</b>	<b>457.980</b>		<b>523.973</b>	<b>(114.760)</b>	<b>409.213</b>				

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011		Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos			10.484			10.484					6.006	6.006
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	245.203	(63.358)	181.845	2,76	235.276	(58.609)	176.667				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	101.198	(49.603)	51.595	3,66	93.075	(47.694)	45.381				
Máquinas e equipamentos	4,15	433.753	(83.786)	349.967	4,19	282.376	(85.540)	196.836				
Veículos	14,29	1.251	(855)	396	20,00	1.088	(725)	363				
Móveis e utensílios	6,75	800	(414)	386	9,98	718	(370)	348				
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>792.689</b>	<b>(198.016)</b>	<b>594.673</b>		<b>618.539</b>	<b>(192.938)</b>	<b>425.601</b>				
Transmissão												
Terrenos			1			1		1				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	96	(53)	43	4,00	96	(49)	47				
Máquinas e equipamentos	3,65	2.465	(1.028)	1.437	3,41	2.465	(942)	1.523				
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>2.562</b>	<b>(1.081)</b>	<b>1.481</b>		<b>2.562</b>	<b>(991)</b>	<b>1.571</b>				
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78				
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220				
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578				
Móveis e utensílios	6,29	489	(263)	226	10,00	477	(234)	243				
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>3.286</b>	<b>(1.380)</b>	<b>1.906</b>		<b>3.166</b>	<b>(1.047)</b>	<b>2.119</b>				
Imobilizado em curso												
Distribuição			1			1		1				
Geração			104.871			104.871		225.459				
Administração			169			169		202				
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>105.041</b>	<b>-</b>	<b>105.041</b>		<b>225.662</b>	<b>-</b>	<b>225.662</b>				
<b>Total imobilizado</b>		<b>903.578</b>	<b>(200.477)</b>	<b>703.101</b>		<b>849.929</b>	<b>(194.976)</b>	<b>654.953</b>				

O saldo apresentado na rubrica de Imobilizado em curso - Geração refere-se a reopontencialização da UHE Masacarenhas e o saldo apresentado na rubrica de Transmissão refere-se aos itens do Imobilizado em serviço da controlada Costa Rica.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço							
Terrenos	1.215				4.478		5.693
Reservatórios, barragens e adutoras	69.674			4.333	(2.084)		71.923
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.671			7.048	(756)	(1)	18.962
Máquinas e equipamentos	144.749			137.657	(8.015)	(3.080)	271.311
Veículos	886			163	(245)		804
Móveis e utensílios	432			83	(50)		465
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>229.627</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.762</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(3.081)</b>	<b>369.158</b>
Total do Imobilizado em curso	179.586	60.123		(151.381)		(1.426)	88.822
<b>Total do imobilizado</b>	<b>409.213</b>	<b>60.123</b>	<b>-</b>	<b>2.381</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(4.507)</b>	<b>457.980</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2012
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	6.008			4.478			10.486
Reservatórios, barragens e adutoras	176.606			10.117	(4.937)	(1)	187.149
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.507			8.139	(1.929)	(2)	51.715
Máquinas e equipamentos	199.638			167.033	(10.757)	(3.280)	347.270
Veículos	941			163	(276)		828
Móveis e utensílios	591			93	(72)		612
Total do imobilizado em serviço	<b>429.291</b>	<b>-</b>		<b>190.023</b>	<b>(17.971)</b>	<b>(3.283)</b>	<b>598.060</b>
Total do Imobilizado em curso	<b>225.662</b>	<b>69.520</b>		<b>(187.701)</b>	<b>-</b>	<b>(4.359)</b>	<b>105.041</b>
Total do imobilizado	<b>654.953</b>	<b>69.520</b>		<b>2.322</b>	<b>(17.971)</b>	<b>(7.642)</b>	<b>703.101</b>

## 14 Intangível

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,20	2.133	(1.650)	483	19,05	1.975	(1.335)	640
Servidão permanente		42		42		42		42
Direito de concessão - Licenças ambientais	14,61	527	(448)	79	6,06	528	(372)	156
		<b>2.702</b>	<b>(2.098)</b>	<b>604</b>		<b>2.545</b>	<b>(1.707)</b>	<b>838</b>
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		<b>698</b>	<b>(311)</b>	<b>387</b>		<b>520</b>	<b>(208)</b>	<b>312</b>
Total do Intangível em Serviço		<b>3.400</b>	<b>(2.409)</b>	<b>991</b>		<b>3.065</b>	<b>(1.915)</b>	<b>1.150</b>
Intangível em curso								
Geração		20.305		20.305		19.081		19.081
Administração		589		589		482		482
Total do Intangível em Curso		<b>20.894</b>	<b>-</b>	<b>20.894</b>		<b>19.563</b>	<b>-</b>	<b>19.563</b>
Total intangível		<b>24.294</b>	<b>(2.409)</b>	<b>21.885</b>		<b>22.628</b>	<b>(1.915)</b>	<b>20.713</b>

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,16	2.387	(1.825)	562	17,10	2.200	(1.464)	736
Servidão permanente		402		402		219		219
Direito de concessão - Licenças ambientais	6,96	1.107	(1.028)	79	2,89	1.107	(913)	194
		<b>3.896</b>	<b>(2.853)</b>	<b>1.043</b>		<b>3.526</b>	<b>(2.377)</b>	<b>1.149</b>
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		<b>698</b>	<b>(311)</b>	<b>387</b>		<b>520</b>	<b>(208)</b>	<b>312</b>
Total do Intangível em Serviço		<b>4.594</b>	<b>(3.164)</b>	<b>1.430</b>		<b>4.046</b>	<b>(2.585)</b>	<b>1.461</b>
Intangível em curso								
Geração		20.990		20.990		19.845		19.845
Administração		589		589		486		486
Total do Intangível em Curso		<b>21.579</b>	<b>-</b>	<b>21.579</b>		<b>20.331</b>	<b>-</b>	<b>20.331</b>
Total intangível		<b>26.173</b>	<b>(3.164)</b>	<b>23.009</b>		<b>24.377</b>	<b>(2.585)</b>	<b>21.792</b>

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora							Valor líquido 31/12/2012
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação		
Intangível em serviço								
Software	952			336	(418)		870	
Servidão permanente	42						42	
Direito de concessão - Licenças ambientais	156				(77)		79	
Intangível em curso	19.563	6.002	(2.717)	(2.381)	(34)	(1.920)	20.894	
Total Intangível	<b>20.713</b>	<b>6.002</b>	<b>(2.381)</b>	<b>(495)</b>	<b>(34)</b>	<b>(1.920)</b>	<b>21.885</b>	
Intangível em serviço								
Software	1.048			366	(465)		949	
Servidão permanente	219			183			402	
Direito de concessão - Licenças ambientais	194				(115)		79	
Intangível em curso	20.331	6.120	(2.871)	(2.322)	(81)	(1.920)	21.579	
Total Intangível	<b>21.792</b>	<b>6.120</b>	<b>(2.322)</b>	<b>(580)</b>	<b>(81)</b>	<b>(1.920)</b>	<b>23.009</b>	

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão, de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	1.958	968	1.898	968
Encargos de uso da rede elétrica	903	843	947	937
Operações CCEE	17.975	1.403	19.467	1.422
Materiais e serviços	17.501	15.550	18.813	23.046
Total	<b>38.337</b>	<b>18.764</b>	<b>41.125</b>	<b>26.373</b>

## 16 Debêntures

## 16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado		
										31/12/2012		Total
										Circulante	Não circulante	
Banco Bradesco BBI S/A	Energest	12.000	1	120.000	23/04/2012	23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX	CDI + 0,98%	Principal anual a partir de abril/2016 e juro semestral	1.713	120.000	121.713
Custos de emissão	Energest			(635)					Amortização mensal	-	(541)	(541)
Total										<b>1.713</b>	<b>119.459</b>	<b>121.172</b>

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto

(i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;

(v) pedido de auto-falência;

(vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações;

(ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

## 16.2 Mutação das debêntures do exercício

	Controladora e Consolidado						Valor líquido em 31/12/2012	16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisórios	Transferências	Custos de transação		
Circulante								
Debêntures	-	-	(5.355)	7.068	(94)	94	1.713	
			<b>(5.355)</b>	<b>7.068</b>	<b>(94)</b>	<b>94</b>	<b>1.713</b>	
Não circulante								
Debêntures	119.365	-	-	94	-	119.459	119.459	
	<b>119.365</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94</b>	<b>-</b>	<b>119.459</b>	<b>121.172</b>	



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

										Controladora							
										31/12/2012			31/12/2011				
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	773	9.600	19.200	29.573	1.628	9.600	28.800	40.028
Santander - CDI - 231006019	Energest	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				1.285	11.864		13.149
Santander - CDI - 231006029	Energest	21.355	12/02/2009	21.355	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				2.314	21.355		23.669
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	32	2.503	11.055	13.590	45	2.503	13.558	16.106
<b>Total</b>										<b>805</b>	<b>12.103</b>	<b>30.255</b>	<b>43.163</b>	<b>5.272</b>	<b>45.322</b>	<b>42.358</b>	<b>92.952</b>
										Consolidado							
										31/12/2012			31/12/2011				
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante		
BNDES - USD	Pantanal	55.447	18/02/2002	9.266	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas Viçosa/ES, São João/ES e Paraíso/MS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	UMBNDDES + 4,50% a.a.	Principal e juros mensal	-				1	178		179
<b>Total</b>										<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>178</b>	<b>-</b>	<b>179</b>
										Consolidado							
										31/12/2012			31/12/2011				
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	773	9.600	19.200	29.573	1.628	9.600	28.800	40.028
Santander - CDI - 231006019	Energest	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				1.285	11.864		13.149
Santander - CDI - 231006029	Energest	21.355	12/02/2009	21.355	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação	-				2.314	21.355		23.669
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	32	2.503	11.055	13.590	45	2.503	13.558	16.106
BNDES - BRL	Pantanal	55.447	18/02/2002	53.214	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas Viçosa/ES, São João/ES e Paraíso/MS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	4,50% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-				8	1.894		1.902
Eletrobrás Reluz - ECF 1568/97	Costa Rica	5.375	04/11/1997	5.375	30/10/2010 a 31/05/2014	Construção da Usina Hidrelétrica Costa Rica.		5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)	Principal e juros mensal	6	532	196	734	9	532	649	1.190
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé/ES.	i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	176	5.679	57.734	63.589	234	5.679	63.413	69.326
<b>Total</b>										<b>987</b>	<b>18.314</b>	<b>88.185</b>	<b>107.486</b>	<b>5.523</b>	<b>53.427</b>	<b>106.420</b>	<b>165.370</b>
										<b>987</b>	<b>18.314</b>	<b>88.185</b>	<b>107.486</b>	<b>5.524</b>	<b>53.605</b>	<b>106.420</b>	<b>165.549</b>

**17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

								Controladora						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012	
Circulante								50.594	(45.321)	(8.820)	4.352	12.103	12.908	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								<b>50.594</b>	<b>(45.321)</b>	<b>(8.820)</b>	<b>4.352</b>	<b>12.103</b>	<b>12.908</b>	
Não circulante								42.358	-	-	-	(12.103)	30.255	
Empréstimos e financiamentos								<b>42.358</b>				<b>(12.103)</b>	<b>30.255</b>	
								Consolidado						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências e cambial	Variação monetária líquida em 31/12/2012	
Circulante								59.129	(53.549)	(13.987)	9.450	18.265	(7)	19.301
Empréstimos e Financiamentos								<b>59.129</b>	<b>(53.549)</b>	<b>(13.987)</b>	<b>9.450</b>	<b>18.265</b>	<b>(7)</b>	<b>19.301</b>
Não circulante								106.420	-	-	30	(18.265)	-	88.185
Empréstimos e financiamentos								<b>106.420</b>			<b>30</b>	<b>(18.265)</b>		<b>88.185</b>

**17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)**

		Controladora	Consolidado
		Tipo de moeda Nacional	
Vencimento			
Circulante			
2013		12.908	19.301
		<b>12.908</b>	<b>19.301</b>
Não circulante			
2014		12.103	17.978
2015		12.103	17.782
2016		2.503	8.182
2017		2.503	8.182
2018		1.043	6.722
2019 até 2023			28.395
2024 até 2028			944

Total **30.255** **88.185**

**43.163** **107.486**

**18 Benefícios pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

**18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

**18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável**

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esse plano tem a adesão de 23 colaboradores.

	2012		2011		Restrição de reconhecimento de ativo
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	
Saldo inicial reconhecido	(1.187)	2.643	(986)	2.115	(1.129)
Custo do serviço corrente	(51)		(25)		25
Custo dos juros	(118)		(103)		103
Rendimento esperado dos ativos		292		243	(243)
Ganhos/(perdas) atuariais	(201)	(80)	(131)	328	(197)
Contribuições pagas pela Companhia		15		15	(15)
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7	(8)	8	
Benefícios pagos pelo plano	48	(48)	66	(66)	
Saldo final reconhecido	(1.516)	2.829	(1.313)	2.643	(1.456)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.516)	2.829	(1.313)	2.643	(1.456)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$183 (R\$181 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
<b>Ajustes de experiência com ativos do plano</b> (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos		80	(328)	930	(130)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		2,83%	-12,41%	43,97%	-4,67%
<b>Ajustes de experiência com obrigações do plano</b> (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações		201	131	(459)	622
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		13,26%	11,05%	-46,55%	46,42%

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
<b>Situação do plano</b> Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.516)	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)
Valor justo dos ativos	2.829	2.642	2.115	2.782	2.469
<b>Situação do plano</b>	1.313	1.456	1.129	1.442	1.619

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	89,12%	88,38%		
Ações	8,57%	9,13%		
Imóveis	0,88%	0,97%		
Outros	1,43%	1,53%		
Total	100,00%	100,00%		

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$212, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$292, ocasionando assim uma perda atuarial de R\$80 não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I		Plano II	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	41	41	41	46
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		4	4	2
Aposentados e pensionistas	1	1	2	2
	1	5	6	4
Total	1	46	47	50

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,10% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011		2010	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

**18.1.2 Plano de Contribuição Definida**  
A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Pprev e a Companhia administra um plano PGBL contratado através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadoras, a Companhia e sua controlada Pantanal contribuíram no exercício com R\$572 (R\$477 no exercício de 2011 referem-se a Companhia e suas controladas).

Esse plano tem a adesão de 63 colaboradores da Controladora e 9 colaboradores de sua controlada Pantanal.

**18.2 Auxílio Incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria-AIA	4	37			4	37		
Assistência médica e seguro de vida	108	48	4.981	2.272	108	48	4.981	2.272
Previdência Privada - EnerPrev	20	17	4.981	2.272	133	102	4.981	2.272

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios,

segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	(Passivo)	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	(Passivo)
Saldo inicial reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço corrente	(143)	(143)	(90)	(90)
Custo dos juros	(392)	(392)	(177)	(177)
Custo do serviço passado	(155)	(155)	(190)	(190)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.086)	(2.086)	(1.907)	(1.907)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	40	40	7	7
Saldo final reconhecido	(5.093)	(5.093)	(2.357)	(2.357)
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.353)	(1.353)	(1.508)	(1.508)
Valor presente das obrigações atuariais	(6.446)	(5.093)	(3.865)	(2.357)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 12 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$2.086 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$1.907.

As contribuições esperadas pela Companhia para estes benefícios para o ano de 2013 são de R\$112.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	143	90
Custo dos juros	392	177
Custo do serviço passado	155	190
Total	690	457

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$2.635.

31/12/2012 31/12/2011 31/12/2010

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ajustes de experiência com obrigações do plano</b> (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	2.086	1.907	
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	32,36%	49,34%	

**Situação do plano** Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(6.446)	(3.865)	(1.651)
<b>Situação do plano</b>	(6.446)	(3.865)	(1.651)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	6.202	7.294	5.313
Custo do Serviço e Custo dos juros	638	728	565

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.

11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6,00% a.a. até 2024

	2012	2011	2010
Inflação médica de longo prazo	n/a	2024	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

**Demográficas**  
Tábua de mortalidade: RP 2000 Gerational, RP 2000 Disabled, RP 2000 Gerational, RP 2000 Disabled, RP 2000 Gerational, RP 2000 Disabled  
Tábua de entrada em invalidez: Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.

11,00% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6,00% a.a. até 2023

	2011	2010	2009
Inflação médica de longo prazo	n/a	2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

**Demográficas**  
Tábua de mortalidade: RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational  
Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled  
Tábua de entrada em invalidez: Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2010		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.

11,00% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6,00% a.a. até 2023

	2010	2009	2008
Inflação médica de longo prazo	n/a	2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

**Demográficas**  
Tábua de mortalidade: RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational, RP 2000 Gerational  
Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled, RP 2000 Disabled  
Tábua de entrada em invalidez: Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1, Wyatt 85 Class 1

**19 Obrigações estimadas com pessoal**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	4.230	4.239	4.366	4.239
INSS e FGTS	1.054	849	1.068	849
Total	5.284	5.088	5.434	5.088

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2012.

**20 Encargos regulamentares e setoriais**

	Controladora					Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	
Quota de reserva global de reversão - RGR	226	3.849		(3.587)		488
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	705	4.700		(4.374)		1.031
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.907	1.737	8	(1.023)	(2.736)	893
Tax						



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 21 Provisões

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			9.471	8.589			9.865	8.923
Licenças ambientais	492	488	88	367	1.208	1.110	340	753
Total	<b>492</b>	<b>488</b>	<b>9.559</b>	<b>8.956</b>	<b>1.208</b>	<b>1.110</b>	<b>10.205</b>	<b>9.676</b>

## 21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

## 21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora						Consolidado				
	Instâncias	Passivo			Ativo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770		1.193	2.352	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	5.668				1.033	6.701			101	
Total		<b>8.589</b>	<b>2.029</b>	<b>(1.970)</b>	<b>(537)</b>	<b>1.360</b>	<b>9.471</b>		<b>1.193</b>	<b>2.453</b>	
Não circulante		8.589					9.471		1.193	2.453	
Total		<b>8.589</b>					<b>9.471</b>		<b>1.193</b>	<b>2.453</b>	

	Consolidado						Ativo				
	Instâncias	Passivo			Ativo			Depósito Judicial			
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770		1.193	2.352	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	6.002				1.093	7.095			101	
Total		<b>8.923</b>	<b>2.029</b>	<b>(1.970)</b>	<b>(537)</b>	<b>1.420</b>	<b>9.865</b>		<b>1.193</b>	<b>2.453</b>	
Não circulante		8.923					9.865		1.193	2.453	
Total		<b>8.923</b>					<b>9.865</b>		<b>1.193</b>	<b>2.453</b>	

## Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

## 21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora						Consolidado				
	Instâncias	Passivo			Ativo			Depósito Judicial			
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	3.563	4.302	159	223	3.563	4.302	159	223		
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	638	548			638	548				
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.480	3.328			3.615	3.417				
Total		<b>7.681</b>	<b>8.178</b>	<b>159</b>	<b>223</b>	<b>7.816</b>	<b>8.267</b>	<b>159</b>	<b>223</b>		

## 21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista na extinta controlada CESA, que foram incorporados pela Companhia, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$315 em 31 de dezembro de 2012 (R\$579 em 31 de dezembro de 2011). (Nota 10).

## 21.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e são atualizados com base no IGP-M.

## 22 Patrimônio líquido

## 22.1 Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$263.436. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	1.000.572.259	100,00	1.000.572.259	100,00
Outros	5		5	
Total	<b>1.000.572.264</b>	<b>100,00</b>	<b>1.000.572.264</b>	<b>100,00</b>

## 22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$27.257, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

## Lucro líquido apurado no exercício

	31/12/2012
Lucro líquido ajustado	103.963
Constituição da reserva legal - 5%	(5.198)
	98.765

## Destinação do lucro:

Dividendos intermediários - JSCP	27.257
Reserva de Incentivo Fiscal	106
Dividendo adicional proposto	71.402
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	<b>0,00003</b>
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	<b>0,00007</b>

## 22.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros			
Legal		28.616	23.418
Retenção de lucros		124.357	149.358
Dividendo adicional proposto		71.402	70.451
Outras reservas de lucros	22.3.1	(2.635)	(1.259)
Incentivos fiscais		11.328	11.222
Total		<b>233.068</b>	<b>253.190</b>

## 24 Gastos operacionais

	Controladora						2011	
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda							49.968	16.890
Moeda nacional	49.968						9.417	7.969
Encargos de uso da rede elétrica	9.417						1.033	630
Taxa de fiscalização							4.700	4.121
Compensações financeiras							<b>5.733</b>	<b>65.118</b>
Total	<b>59.385</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.385</b>	<b>83.064</b>
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.207				9.212	23.419	22.175
Material		1.123	56			161	1.340	1.235
Serviços de terceiros		9.476	729			6.728	16.933	12.555
Depreciação		8.222				1.847	10.069	6.635
Amortização		477				18	495	388
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				297			297	13
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							1.493	1.493
Aluguéis e arrendamentos		89	5			1.652	1.746	1.556
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							32	(459)
Outras		660				(2.768)	143	(1.965)
Total		<b>34.254</b>	<b>790</b>	<b>297</b>		<b>16.850</b>	<b>1.668</b>	<b>53.859</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						2011
	2012						
	Custo do serviço			Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda estrangeira - Itaipu							
Moeda nacional	54.557					54.557	21.861
Encargos de uso da rede elétrica	12.989					12.989	11.990
Taxa de fiscalização						1.385	1.385
Compensações financeiras						5.803	4.958
	<b>67.546</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.734</b>	<b>39.946</b>
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.602			9.594	24.196	23.332
Material		1.490	56		470	2.016	2.461
Serviços de terceiros		11.304	729	7	10.699	22.739	22.006
Depreciação		14.994			1.896	16.890	15.571
Amortização		561			19	580	737
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				456		456	260
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.493	5.694
Aluguéis e arrendamentos		93	5		1.674	1.772	1.637
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						737	(497)
Outras		746			(3.471)	178	(2.547)
	<b>-</b>	<b>43.790</b>	<b>790</b>	<b>463</b>	<b>20.881</b>	<b>2.408</b>	<b>68.332</b>
<b>Total</b>	<b>67.546</b>	<b>43.790</b>	<b>790</b>	<b>463</b>	<b>20.881</b>	<b>9.596</b>	<b>115.665</b>

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.706	3.493	6.539	9.428
Atualização monetária depósitos judiciais	11		11	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	288	1.873	356	2.155
Variações monetárias moeda estrangeira			7	
Descontos obtidos	91	6	96	49
Multa contratual	1.700		1.700	
Outras receitas financeiras	192	252	221	331
	<b>5.988</b>	<b>5.624</b>	<b>8.930</b>	<b>11.963</b>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(12.120)	(9.113)	(17.249)	(17.800)
Variações monetárias moeda nacional	(1)		(1)	(21)
Variações monetárias moeda estrangeira				(5)
Atualização monetária de licenças ambientais	(49)	(28)	(130)	(69)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.359)	(274)	(1.419)	(495)
Atualização monetária contratos de mútuo	(3.121)	(2.772)	(3.121)	(6.434)
Benefícios pós-emprego	(405)	(186)	(405)	(186)
Outras despesas financeiras	(306)	(279)	(380)	(437)
	<b>(17.361)</b>	<b>(12.652)</b>	<b>(22.705)</b>	<b>(25.447)</b>
<b>Total</b>	<b>(11.373)</b>	<b>(7.028)</b>	<b>(13.775)</b>	<b>(13.484)</b>

26 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.257	113.207	115.257	113.207	125.986	128.686	125.986	128.686
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(28.814)</b>	<b>(28.302)</b>	<b>(10.373)</b>	<b>(10.189)</b>	<b>(31.497)</b>	<b>(32.171)</b>	<b>(11.339)</b>	<b>(11.582)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(113)	(42)	(41)	(15)	(113)	(42)	(41)	(15)
Perdas indedutíveis		(538)		(193)		(746)		(268)
Multas indedutíveis	(2)	(1)	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(1)
Despesas Indedutíveis		(138)		(50)		(138)		(50)
Gratificações a administradores	(134)	(108)	(48)	(39)	(134)	(108)	(48)	(39)
Pesquisa e desenvolvimento		74		27		74		27
Resultados de equivalência patrimonial	13.641	15.006	4.910	5.402				
Juros sobre o capital próprio	6.813	6.868	2.452	2.472	6.813	6.868	2.452	2.472
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(308)		(111)	(1)	246	(1)	89
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	183	(329)	58	(11)	183	(331)	58	(12)
Ajuste lucro presumido					13.424	12.400	4.514	4.139
Adicional IRPJ	24	24			241	132		
PAT	45				45			
Lei Rouanet		115				115		
SUDENE	106	1.328			106	1.328		
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(8.251)</b>	<b>(6.351)</b>	<b>(3.043)</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(10.935)</b>	<b>(12.374)</b>	<b>(4.406)</b>	<b>(5.240)</b>
Alíquota efetiva	7,16%	5,61%	2,64%	2,39%	8,68%	9,62%	3,50%	4,07%

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações de própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	103.963	104.148	103.963	104.148
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1.000.572	1.000.572	1.000.572	1.000.572
<b>Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)</b>	<b>0,10390</b>	<b>0,10409</b>	<b>0,10390</b>	<b>0,10409</b>

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e posteriores alterações, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas, e utiliza como taxa de desconto o

DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativos financeiros Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	16.916	80.349	16.916	80.349
Concessionárias	24.225	20.724	24.225	20.724
Cauções e depósitos vinculados	4.912		4.912	
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	834	2.680	834	2.680
Cauções e depósitos vinculados	743	585	743	585
	<b>47.630</b>	<b>104.338</b>	<b>47.630</b>	<b>104.338</b>
<b>Passivos financeiros Circulante</b>				
Fornecedores	38.337	18.764	38.337	18.764
Debêntures	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12.953	50.000	12.908	50.594
<b>Não circulante</b>				
Debêntures	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	30.361	41.860	30.255	42.358
Partes relacionadas	543	61.612	543	61.612
	<b>203.366</b>	<b>172.236</b>	<b>203.215</b>	<b>173.328</b>
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativos financeiros Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	44.195	108.216	44.195	108.216
Concessionárias	35.571	30.548	35.571	30.548
Cauções e depósitos vinculados	5.388		5.388	
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	5	1.857	5	1.857
Cauções e depósitos vinculados	6.251	11.806	6.251	11.806
	<b>91.410</b>	<b>152.427</b>	<b>91.410</b>	<b>152.427</b>
<b>Passivos financeiros Circulante</b>				
Fornecedores	41.125	26.373	41.125	26.373
Debêntures	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.346	57.886	19.301	59.129
<b>Não circulante</b>				
Debêntures	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	88.291	98.911	88.185	106.420
Partes relacionadas	886	61.681	886	61.681
	<b>270.820</b>	<b>244.851</b>	<b>270.669</b>	<b>253.603</b>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 10. Para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos

vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Partes relacionadas é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contrato de Mútuo e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		16.916		16.916		80.349		80.349	
Concessionárias	24.225			24.225	20.724			20.724	
Cauções e depósitos vinculados			5.655	5.655			585	585	
Partes relacionadas	834			834	2.680			2.680	
	<b>25.059</b>	<b>16.916</b>		<b>5.655 47.630</b>	<b>23.404</b>	<b>80.349</b>	<b>585</b>	<b>104.338</b>	

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total
Fornecedores		38.337	38.337	26.373	26.373	121.172	121.172	121.172	121.172
Debêntures		43.163	43.163	165.549	165.549	543	543	92.952	92.952
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		543	543	61.681	61.681	203.215	203.215	173.328	173.328
Partes relacionadas									
		<b>203.215</b>	<b>203.215</b>	<b>253.603</b>	<b>253.603</b>	<b>173.328</b>	<b>173.328</b>	<b>173.328</b>	<b>173.328</b>

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		44.195		44.195		108.216		108.216	
Concessionárias	35.571			35.571	30.548			30.548	
Cauções e depósitos vinculados			11.639	11.639			11.806	11.806	
Partes relacionadas	5			5	1.857			1.857	
	<b>35.576</b>	<b>44.195</b>		<b>11.639 91.410</b>	<b>32.405</b>	<b>108.216</b>	<b>11.806</b>	<b>152.427</b>	

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total	amortizado	Total
Fornecedores		41.125	41.125	26.373	26.373	121.172	121.172		
Debêntures		121.172	121.172						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		107.486	107.486	165.549	165.549				
Partes relacionadas		886	886	61.681	61.681				
		<b>270.669</b>	<b>270.669</b>	<b>253.603</b>	<b>253.603</b>				

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
  - (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
  - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Controladora		
		Mensuração do valor justo		
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		16.916	9.315	7.601
		<b>16.916</b>	<b>9.315</b>	<b>7.601</b>

		Consolidado		
		Mensuração do valor justo		
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		44.195	14.860	29.335
		<b>44.195</b>	<b>14.860</b>	<b>29.335</b>

		Controladora									
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.354	161		1.515	379	758	(379)	(758)		
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		
		<b>(9.704)</b>	<b>(30.061)</b>		<b>(39.765)</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(16.633)</b>	<b>8.534</b>	<b>17.221</b>		
<b>Operação</b>											
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(526)	(971)	(7)	(1.504)	(275)	(550)	275	550		
		<b>(526)</b>	<b>(971)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1.504)</b>	<b>(275)</b>	<b>(550)</b>	<b>275</b>	<b>550</b>		

		Consolidado									
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.613	727		3.340	835	1.671	(835)	(1.671)		
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		
		<b>(8.445)</b>	<b>(29.495)</b>		<b>(37.940)</b>	<b>(7.931)</b>	<b>(15.720)</b>	<b>8.078</b>	<b>16.308</b>		
<b>Operação</b>											
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(5.053)	(14.029)	(5.419)	(24.501)	(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		
		<b>(5.053)</b>	<b>(14.029)</b>	<b>(5.419)</b>	<b>(24.501)</b>	<b>(4.472)</b>	<b>(8.943)</b>	<b>4.472</b>	<b>8.943</b>		

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

**28.4 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação

**28.3 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BNDES, Banco Santander e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**28.3.1 Análise de sensibilidade**

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

**28.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**28.6 Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2012.

**29 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Usinas	328.309	470.353
Prédios e conteúdos (próprios)	5.020	5.020
Prédios e conteúdos (terceiros)	3.350	3.350
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	19.543	20.463

**30 Compromissos contratuais e Garantias****30.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e os contratos de mútuos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Controladora				Acima de 5 anos	
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos		
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	164.335	14.621	106.191	43.523	
Responsabilidades com locações operacionais		169	125	44		
Obrigações de compra		35.045	26.529	8.516		
Licenças ambientais	21	580	492	88		
		<b>200.129</b>	<b>41.767</b>	<b>114.839</b>	<b>43.523</b>	
Consolidado						
Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	228.658	21.014	123.424	60.559	23.661
Responsabilidades com locações operacionais		180	136	44		
Obrigações de compra		44.780	34.571	10.209		
Licenças ambientais	21	1.548	1.208	340		
		<b>275.166</b>	<b>56.929</b>	<b>134.017</b>	<b>60.559</b>	<b>23.661</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ana Maria Machado Fernandes  
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques  
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas  
Conselheiro

Miguel Dias Amaro  
Conselheiro

**DIRETORIA**

Luiz Otávio Assis Henriques  
Diretor-Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor

Carlos Alberto de São José Cavaleiro  
Diretor

André Luiz de Castro Pereira  
Diretor

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu  
Diretor de Sustentabilidade

Carlos Sérgio Salgueira Martins  
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira  
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos  
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**Energest S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente  
Conforme descrito na nota explicativa 2.2(d), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

**30.2 Garantias**

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aval de acionista	21.047	9.466	21.047	9.466
Depósito caucionado	5.655	585	11.639	11.806
Fiança corporativa			63.589	71.407
Penhor de ações			86.371	109.761
Seguro garantia	445	445	445	445
Penhor de direitos			63.589	71.407

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguro de vida.

**Depósito caucionado:** São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras. O saldo de Depósito Caucionado, em sua maioria, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos e de compra e venda de energia.

**Fiança corporativa:** A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

**Penhor de ações:** É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

**Seguro garantia:** O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, refere-se aos Contratos de compra e venda de energia.

**Penhor de direitos:** Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé e da Pantanal, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: **a)** o direito de gerar energia elétrica; **b)** a energia elétrica a ser gerada; e **c)** as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, em sua totalidade, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

**31 Meio ambiente**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental da Companhia e suas controladas em 2012 foram de R\$2.160 sendo R\$515 capitalizados no exercício, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.645 em contrapartida no resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

**32 Eventos subsequentes****32.1 UHE Mascarenhas inicia operação comercial da Unidade II**

Em 8 de fevereiro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 326, publicado em 14 de fevereiro de 2013, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 08 de fevereiro de 2012 a 08 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

**32.2 Captação de Empréstimos**

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6.000 cada, totalizando R\$12.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energest S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

**Deloitte.**